



Três tambores na Nigéria e em Salvador, foto de Pierre Verger 2006



MAURÍCIO WALDMAN

A ÁFRICA TRADICIONAL

A importância do conceito de África Tradicional – enquanto modo de vida e visão de mundo – decorre do facto de que mesmo nos dias actuais grande parte da população do continente vive ou mantém-se sob a influência desta noção, responsável também pelas principais referências do universo social, religioso e cultural.

Ademais, a definição é indispensável para a compreensão de países que como o Brasil, incorporaram enorme contingente de africanos e cuja cultura foi determinada por uma vasta contribuição cultural oriunda do reino da africanidade (Figura 1). No fundamental, a África Tradicional associa-se a uma formação económica aldeã firmada num modelo de economia dita natural. Vale dizer, autárquica ou auto-suficiente, ao qual se associa um modo de vida rigorosamente comunitário. Mais do que em “tribos” ou em etnias, a identidade do continente está centrada no núcleo familiar. A família africana é uma categoria muito ampla, incluindo agregados e pessoas consideradas pelo mundo ocidental como de parentesco distante. Daí o uso da categoria família extensa. Por sua vez, as religiões tradicionais africanas devem ser analisadas sem preconceito.

Muito longe de formarem um apanhado de superstições, as noções da esfera religiosa se conectam de modo manifesto com relações sociais e com a exploração dos recursos naturais², fundamentais para a permanência do modo tradicional de vida. Nesta linha de abordagem, o solo, para a maioria dos povos africanos, era entendido como um bem colectivo, assim devendo permanecer por constituir herança dos espíritos ancestrais.

No geral, a aldeia africana mantém uma intensa relação com o meio natural circundante, do qual retira a totalidade dos elementos necessários para a sua vida. A religiosidade encontra expressão em marcas apropriadas directamente da natureza, como é o caso dos baobás (imbondeiros), entendidos co-

mo morada dos deuses e dos espíritos.

Em muitas regiões do continente, o baobá é assumido como a árvore da aldeia, centro da vida social e sendo honrado pelos rituais sagrados. Em vista de sua importância simbólica, mesmo com a desapareição física das comunidades aldeãs tais árvores se mantêm na paisagem, testemunhando as antigas formas de organização do espaço e da sociedade local.

O sistema de pensamento africano estabelecia que tudo no universo se interligava. Era impensável qualquer dissociação da pessoa humana para com o mundo natural, por sua vez uma noção abrangente incluindo a totalidade da criação: animais, vegetais e minerais.

Mantinha-se com o solo relações de afirmação religiosa, de reciprocidade e harmonia. Nesta cosmovisão, o equilíbrio com o meio ambiente não podia ser violado sob pena de provocar, no seio das forças que sustentavam a natureza, uma perturbação que se voltaria, no final das contas, contra a comunidade e os próprios humanos.

Uma força primordial (ou o pré-existente) é concebida como o principio do qual se originou a criação e a expansão do universo, presente em mitos de criação africanos e que desempenha o papel de conceituação maior do entendimento de mundo pelos africanos.

Nesta linha de abordagem, o africano observava uma força vital presente em todos os seres existentes: nos homens (tanto nos vivos quanto nos antepassados), nos animais, nos vegetais, nos seres inanimados (minerais, objectos, etc.), ou mesmo as qualidades ou modalidades destes mesmos seres (dentre os quais o belo, o feio, a verdade, a mentira, etc.).

Este conceito, fundamental para a filosofia africana, subentende que o conjunto dos seres mantém entre si uma unidade vital e uma inter-relação que propicia o equilíbrio, uma visão de mundo na qual o homem ocupa um lugar central. Para muitas culturas do mundo tradicional africano, a comuni-

cação dava-se por intermédio da oralidade. O conhecimento era guardado por profissionais como os griots, homens de memória prodigiosa que armazenavam na memória milhares de relatos, contos, histórias e provérbios.

Deste modo, a sociedade tradicional africana, antes de “não ter evoluído para a escrita”, tal como frequentemente é colocado, simplesmente optou em muitas situações e contextos sociais e históricos, por não utilizá-la.

Nesta acepção, recorde-se que do ponto de vista da africanidade, o conceito de analfabetismo é absolutamente estrangeiro. Até porque, para o africano a oralidade é a premissa comunicacional mais relevante. Contudo, uma ponderação essencial é que não obstante o enorme prestígio desfrutado pela oralidade, a África constituiu um dos berços reconhecidos da escrita.

As culturas do continente criaram diversos sistemas de escrita, dentre estes os hieróglifos do Egipto faraónico e as escritas núbica, copta, tfinagh, ge’ez e bamun.

Complementando, ideogramas estilizados inventados pelos ejagham do que hoje é a Nigéria e aforismos como os símbolos Adinkra (Figuras 2a e 2b), em uso ainda hoje em muitas partes da República de Gana, são outras amostras da inventividade das populações do continente na comunicação escrita.

Quanto à organização do espaço geográfico pelo mundo tradicional africano, conquanto existissem milhares de aldeias ajustadas à inferências de ordem natural, isto nunca significou inexistência de contactos ou de relações comerciais mais amplas.

As trocas externas à aldeia, tribo ou região eram, na maioria dos casos, de volume limitado, tanto pela reduzida quantidade de excedentes e quanto pelas dificuldades nas comunicações entre as diferentes regiões da África. Mas, a despeito disso, as trocas sempre existiam.

Isto porque no continente, o comércio possuía vários significados, não se restringindo a um papel meramente

económico. Funcionalmente, os mercados africanos eram uma contrapartida à autarquia da sociedade tradicional, fortificando o sentimento de solidariedade e a consciência do colectivo.

Instituição típica da sociedade africana, o mercado local, além de responder pela satisfação de necessidades materiais elementares, tais como alimentação, vestuário e utensílios de uso quotidiano, desempenhava uma função integradora, congregando grupos rivais, servindo de fórum para a arbitragem de conflitos e conclusão de acordos.

Pólo de um envolvente dinamismo social, não admira então que o mercado estivesse sob a tutela de uma divindade, possuindo, pois um carácter sacralizado.

Do mesmo modo, as feiras constituíam importante evento social. Elas ocorriam em dias previamente estipulados e formavam redes estruturadas em malhas, cobrindo vastos territórios e alcançando pontos muito distantes.

Os mercados locais constituíam o núcleo da vida comunitária, locais de informação e difusão das notícias, aonde por excelência se exercia o controle social. Nenhuma novidade era integrada à vida social sem antes passar pela feira.

Não admira, portanto que a ambição de qualquer autoridade fosse colocar os mercados locais sob seu controle directo. Exemplificando, no Baixo Benin, não existia evento importante que não fosse celebrado no quadro sagrado da feira, que além do mais, constituía centro de cerimônias concernentes a toda a comunidade (VERGER et BASTIDE, 1992:146).

Muitas vezes, a intensidade deste comércio induziu o surgimento de cidades voltadas exclusivamente para o intercâmbio. Todavia, em razão do carácter predominantemente não-mercantil da economia tradicional, estes centros urbanos mantinham um relacionamento selectivo com o resto da sociedade.

Não por acaso, estas cidades estavam instaladas em rugosidades naturais que lhes garantiam certo isolamento. Na costa oriental africana, houve uma decidida preferência por ilhas próximas ao continente, caso das cidades de Quíloa, Pemba, Zanzibar, Pate, Lamu, Moçambique e Sofala, todas com tráfico intenso com as populações do litoral e com a Arábia, Índia, Irão e Malásia.

Portanto, a análise da sociedade, da cultura e da história da África Tradicional deve ser feita levando em consideração toda uma série de particularidades.

A irrupção do Estado, por exemplo, ocorreu de forma diferente dos impérios da antiga Ásia, Europa ou da América Pré-colombiana. Os Estados tradicionais africanos não intervinham na economia, não organizavam a execução de trabalhos públicos, não enquadravam a população com vistas à exploração do trabalho colectivo e tampouco planejavam ou construíam obras hidráulicas.

Em suma: o surgimento de reinos e de impérios como o Monomotapa, Zimbabué, Ruanda, Congo, Kush, Axum, Kanem-Bornu, Mossi, Lunda, Ghana 3, Mali e Songhay, não se deu por conta da organização de grandes trabalhos hidráulicos ou agrícolas.

Antes, esteve relacionada principalmente inferências espaciais específicas, como o controle do comércio inter-tribal ou inter-regional, exercido por aristocracias locais no tráfico de bens de prestígio, de produtos preciosos como o ouro, marfim e peles e de escravos.

O poder político tradicional permitiu e foi capaz de criar mecanismos de solidariedade e de convivência entre povos muito diversificados, operando com base na construção de consensos, uma estratégia fundamental em um edifício de poder no qual a autoridade central era legitimada enquanto mantenedora de uma pluralidade de interesses e manifestações culturais e religiosas.

Entenda-se que na África Negra as formações estatais não possuíam um carácter centralizado ou “despótico”, tal como os historiadores endereçam para contextos como os impérios Assírio, Hitita, China e antiga Pérsia. Os soberanos africanos estavam sujeitos a sanções que limitavam consideravelmente um exercício desmesurado do poder, inviabilizando a equiparação da história do continente às realidades políticas extra-africanas.

Naturalmente, não se pode imaginar que o exercício do poder em África não expressasse contradições económicas, sociais e dissimetrias de poder. O aparato estatal, qualquer que seja a realidade em foco, sempre é um instrumento voltado para a afirmação de uma hierarquia de mando.

Assim sendo, o passado africano igualmente observou contradições e litígios, que contestam uma visão idealizada pela qual a sociedade africana estava fundada na harmonia social e na ausência de conflitos. As

contradições seguramente existiam. Mas, condicionadas por outras modalidades e configurações políticas, históricas e sociais, diferentes das que eclodiram nos demais processos históricos.

Nesta linha de argumentação, embora no passado do continente possamos encontrar muitos episódios de guerras opondo reinos e povos africanos entre si, a turbulência que caracterizou durante várias décadas trechos inteiros do continente do Século XX não pode ser dissociada da avaliação dos severos e brutais impactos promovidos pelo colonialismo no continente.

Nesta perspectiva, a conhecida percepção de uma “tribalização” dos conflitos no continente materializaria mais um capítulo da ideologização da imagem da África, em nada contribuindo para um melhor conhecimento destes e pior, comprometendo outras possibilidades e expectativas de entendimento.

Portanto, a questão é mais complexa, não podendo ser reduzida à existência ou não do chamado tribalismo, um conceito pobre, ideologicamente carregado e que desqualifica o rico conteúdo das identidades culturais e étnicas da África.

Por fim, note-se o carácter permanentemente actual dos antigos ensinamentos oriundos da sociedade tradicional. Embora traduzindo profundas alterações que ratificaram o ingresso do continente na sociedade globalizada moderna, o africano de hoje mantém-se atento ao que o mundo tradicional lhe ensina.

3 Atentar para o fato de que a actual República do Gana, grafada sem “h”, não tem qualquer relação geográfica com o Império do Ghana. A denominação Gana foi adoptada no governo nacionalista de Kwamé Nkruma, com o intuito de rebaptizar a antiga Colónia Britânica da Costa do Ouro com uma referência africana.

Recorda o historiador nigeriano Ade Ajayi: “A visão de uma nova sociedade africana deverá, necessariamente, elaborar-se na África, proceder da experiência histórica africana e do sentido próprio à continuidade da história africana. O africano ainda não é mestre do seu destino, contudo, ele tampouco persiste somente como um objecto sujeito aos caprichos deste mesmo destino” (in ASANTE et CHANAIWA, 2010: 896).

É assim que o mundo tradicional se transforma numa fonte de inspiração para a recriar e ao mesmo tempo manter a identidade do continente. Uma tradição viva, que persevera em encantar e seduzir novas gerações de africanos e afro-descendentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel (org.), Museu Afrobrasil - Um conceito em Perspectiva. São Paulo (SP): Instituto Florestan Fernandes. 2006;
ASANTE, S. K. B. et CHANAIWA, David. Capítulo 24: O Pan-africanismo e a Integração Re-

gional. Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, Capítulo 24, pp. 873-896. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O Mito Moderno da Natureza Intocada. Edição do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Úmidas Brasileiras (NUPAUB). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo. 1994;

HAMPATÉ-BÂ, Amadou. A Tradição Viva, texto mimeo, São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP. 1993;

LEITE, Fábio. Valores Civilizatórios em Sociedades Negro-Africanas, in Introdução aos Estudos sobre a África Contemporânea, co-edição CEA-USP/ MRE (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), São Paulo e Brasília. 1984;

MERCIER, Paul. História da Antropologia. Lisboa (Portugal): Editorial Teorema. 1986;

MUNANGA, Kabengele. Povos e Civilizações Africanos. In: Introdução aos Estudos da África Contemporânea, texto mimeo. Brasília e São Paulo (DR-SP): Centro de Estudos Africanos da USP e Ministério das Relações Exteriores (CEA-USP/MRE). 1984;

VERGER, Pierre et BASTIDE, Roger. Contribuição ao Estudo dos Mercados Nagôs do Baixo Benin. In: “Artigos”, Tomo I, Pierre Verger (org), Série Baianada, nº 9, Editora Corrupio, São Paulo, SP. 1992;

WALDMAN, Maurício. Hegemonia Ocidental: Processo Histórico e Social. E-book postado na Plataforma Kobo. Mais informação: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/hegemonia-ocidental>. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016a;

_____. A Memória Viva da Rainha Nzinga: Identidade, Imaginário e Resistência. E-book postado na Plataforma Kobo. Mais informação: <https://www.kobo.com/br/pt/ebook/a-memoria-viva-da-rainha-nzinga>. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016b;

_____. O Baobá na Paisagem Africana: Singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. E-book postado na Plataforma Kobo. Mais informação: <https://www.kobo.com/br/pt/ebook/o-baoba-na-paisagem-africana>. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016c;

_____. O Fabuloso Reino dos Mansas do Mali. E-book postado na Plataforma Kobo. Mais informação: <https://www.kobo.com/br/pt/ebook/o-fabuloso-reino-dos-mansas-do-mali>. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016d;

_____. Retratos da Rainha Nzinga: Ginga de Memórias, Ginga de Lutas. E-book postado na Plataforma Kobo. Mais informação: <https://www.kobo.com/br/pt/ebook/retratos-da-rainha-nzinga>. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016e;

_____. Meio Ambiente & Antropologia. Série Meio Ambiente, nº. 6. São Paulo (SP): Editora SENAC. 2006;

_____. Força Vital, Tempo e Espaço - A Topologia do Imaginário Africano Tradicional na Crônica “Griot” de Sundjata Keita. Revista África, nº. 20-21, pp. 219-268. São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP). 2000;

_____. Metamorfoses do Espaço Imaginário. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo (SP): Depto. de Antropologia, FFLCH-USP. 1997;

_____. Templos e Florestas: metamorfo-

ses da natureza e naturalidades da metamorfose. Texto mimeo. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP. 1992;

2 Por exemplo, “Entre os pescadores Tofinu da Republica do Benim, a proibição da pesca em certos lugares da Lagoa Nokoné era justificada por constituírem lugar de repouso de uma deusa chamada Anasi Gbégu. Pesquisas posteriores quanto à origem destas interdições concluíram que justamente nessas áreas se reproduziam os peixes capturados nas outras partes da lagoa” (DIEGUES, 1994: 77).

MAURÍCIO WALDMAN é jornalista, professor universitário e antropólogo africanista, graduado em Sociologia (USP, 1982), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015). Contacto E-Mail: mw@mw.pro.br



Figuras 2a e 2b: Os símbolos Adinkra constituem um sistema de comunicação difundido em Gana e na Costa do Marfim, referindo-se a aforismos dotados de enorme apelo visual. Por exemplo, o símbolo 2a, Funfunfunefu denkyemfunefu, formado por dois crocodilos com um estômago comum, procura transmitir a ideia de fraternidade. Já o símbolo 2b, Sankofa, um pato que olha para trás com as patas firmemente agarradas ao chão, reporta a rever criativamente o passado, tirar lições a partir do que já aconteceu.





Os debates sobre **ÁFRICA & AFRICANIDADES** são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividade em 2016.

Saiba mais sobre esta vertente editorial da EDITORA KOTEV. Conheça outros títulos de **MAURÍCIO WALDMAN** no campo de **ÁFRICA E AFRICANIDADES** publicados em 2016 pela KOTEV:

http://kotev.com.br/?product_cat=africa

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:

atendimento@kotev.com.br